

**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DO BISPO**  
**Reunião Extraordinária Reservada**  
**ACTA Nº. 2/2006**

-----Aos 17 do mês de Janeiro de 2006, nesta Vila do Bispo, no edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões, realizou-se reunião extraordinária privada, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Gilberto Repolho dos Reis Viegas, com a participação dos Vereadores Maria da Graça Figueiras, José Mateus, Rui Correia e Ernesto Dias. Foram convocados e estiveram presentes o Presidente da Assembleia Municipal, Francisco Búzio dos Reis, o Presidente da Fundação Oceanis José de Deus e os membros da Comissão de Acompanhamento do Centro Oceanográfico de Sagres e da Comissão de Acompanhamento dos planos de ordenamento do território. cuja ordem do dia fica arquivada em pasta anexa à presente acta.-----

-----**Abertura da Reunião:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, pelas dez horas e dez minutos, tendo a Câmara passado a ocupar-se da seguinte:-----

-----**Ordem do Dia**-----

-----**Ausências:** O Senhor Vereador Rui Correia, só compareceu na reunião pelas 14h 30 minutos, não tendo participado nos pontos "Centro Oceanográfico de Sagres" e "Carta de Desporto da Natureza".-----

-----**Suspensão dos Trabalhos:** - O Senhor Presidente da Câmara suspendeu os trabalhos pelas catorze horas e trinta minutos, reiniciando os mesmos pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, discutindo-se o ponto referente ao "PROT- Algarve" e seguintes.----

-----**1. Centro Oceanográfico de Sagres:** O senhor Presidente disse pretender que fosse feito o ponto de situação do processo do centro oceanográfico para se poder trocar opiniões sobre o modelo a seguir. Disse que o Conselho de Administração deve ter ideias concretas a colocar à Câmara Municipal como proposta e que qualquer solução apontada deverá ter o acordo da Câmara Municipal e até da Assembleia Municipal. Assim, deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração das Fundação Oceanis, Dr. José de Deus.-----

-----O Presidente da Fundação Oceanis, José de Deus, disse, relativamente ao Núcleo A, que em Agosto de 2005 foi iniciado o concurso público e que os projectos bem como os projectos de execução estão prontos para a 2ª fase; fizeram a pré-qualificação na qual foram seleccionados 10 concorrentes de entre 14 candidatos. Disse que estão a fazer a carta-convide para a 2ª fase e que há condições do ponto de vista formal para se avançar e no prazo de dois meses, dois meses e meio, se adjudicar a obra. Mais disse que há aspectos como, por exemplo, de arranjos exteriores, mas estes são meros aspectos de pormenor.-----

-----Mais disse que a candidatura deveria ter sido encerrada em fins de 2005 mas o estudo económico, a efectuar pela «Deloitte», falta incorporar o resultado dos inquéritos, para posterior parecer da «Ibéria» e subsequente aprovação do financiamento. Mas nada impede que o outro processo avance. Em relação ao estudo económico a finalizar «Deloitte», esclareceu que o estudo original há que ser actualizado porque foi feito com base em cálculos ainda em escudos e com um índice de erro de 25%, e que foi acordado com esta empresa ter tal actualização terminada durante este mês. Isto viabilizará o encerramento da candidatura. Mais disse que a estimativa que detêm, rigorosa, feita com base nas medições efectuadas, andarà acima dos 20 milhões de euros, ficando abaixo dos valores anteriormente previstos.

-----Relativamente à Segunda Fase, da aquarologia, ficará para o fim do Verão. A estação de aquarologia terá 18 a 24 meses de execução e entretanto, treinar-se-á pessoal e far-se-á recolha de espécies.-----

-----Retomou a palavra o senhor Presidente da Câmara que agradeceu a presença do Presidente da Assembleia Municipal, dos membros das comissões de acompanhamento dos Planos de Ordenamento do Território e de acompanhamento do Centro Oceanográfico de Sagres e dos membros do Conselho de Administração da Fundação Oceanis, Drs. José de Deus e João Gomes.-----

-----O Vereador Ernesto Dias disse ser sua opinião que o projecto do Centro Oceanográfico está no bom caminho e que está demonstrado o empenho da Fundação Oceanis.-----

-----O presidente da Câmara tomou a palavra e disse que já que ora se sabe que os custos rondam os 4 milhões de contos, 20 milhões de euros, e que existe uma verba cativa de fundos comunitários no valor de 1.400 contos, conclui existir uma parcela considerável de custos sem cobertura. Assim sendo e como para proceder à adjudicação é necessária a

respectiva cobertura orçamental, perguntou como é que o Conselho de Administração pensa dotar a restante verba.-----

-----O Dr. José de Deus disse que a Fundação Oceanis só irá adjudicar se tiver verbas disponíveis e que esta é uma questão de preocupação. Mas esclareceu que existe da parte do POA uma participação esperada de 35%, há também o PIPITAL, fundos regionais, que financiou em 10% a fase de projecto e pensa que há hipóteses de mais participação, segundo os contactos que tem mantido com a CCDR-Algarve. Restaria 45%, o que, dada a sustentabilidade do projecto lhe parece não ser um problema dramático já que com fundos públicos e com financiamentos aprovados e logo que tenham o estudo económico actualizado terão maior base para arranjar outros financiamentos.-----

-----Mais disse que há a ideia de criar uma sociedade de capitais maioritariamente privados, na modalidade de Sociedade Anónima, que seria a estrutura mais adequada para financiamento e para um mais fácil e eficaz recurso ao crédito porque mais do que de dinheiro, há necessidade de parceiros que tenham crédito na banca e assim se contrairia empréstimos cuja dívida seria amortizável por um período de 10 anos. A Fundação Oceanis viria a integrar a S.A., entrando com o equipamento. Disse pensar que o facto de haver um parceiro privado a assegurar os interesses públicos, do ponto de vista da gestão, seria mais eficiente. Mais disse que a participação privada na fase de construção deveria ter-se feito antes, que não foi possível mas que deve envolver-se os privados o quanto antes.-----

-----No caso do Núcleo A, a concepção do projecto parece-nos cada vez mais vantajosa, é que, normalmente há uns aquários que as pessoas se limitam a ver, com carácter estático. O nosso aquário tem duas vertentes: de apoio pedagógico, cujo público alvo são as escolas que irão suportar basicamente o orçamento e o Museu do Mar que não é uma mera exposição, trata-se de vender ambiências, o que implica renovações periódicas, não é um espaço fechado, tem restaurante, lojas, área pública e livre, que não implica pagar bilhete; é um conceito moderno, dinâmico, diferente dos outros aquários. Estimamos 500.000 visitantes por ano o que é suficiente para amortizar a dívida e assegurar o funcionamento, sendo que os dois primeiros anos de funcionamento serão mais complicados.-----

-----Acrescentou que não tem a certeza se esta Câmara Municipal deseja entrar na sociedade mas que lhe parece uma ideia interessante, não será primordial saber-se com quanto capital é que a Câmara entrará, o que importa é a própria envolvência da Câmara,

independentemente do tipo e quantitativos de comparticipação. Mais disse que em termos de parcerias públicas, a Região de Turismo do Algarve será uma entidade importante como interlocutor do PIPITAL, mas que em termos de gestão não será necessária, pensa que só será precisa externamente, nem na obra nem na gestão. Quanto à Universidade do Algarve, esta será importante unicamente na investigação e mais tarde, não nesta primeira fase.-----

-----O Vereador José Mateus perguntou qual será o preço base das entradas, quanto se estima de receita destas, na medida em que a receita esperada se funda nos tais 500.000 visitantes.-----

-----Dr. José de Deus disse que do inquérito, apurou-se que as pessoas estão dispostas a pagar entre 7 a 9 € valor superior ao que nós esperávamos e que muitas delas quererão fazer mais que uma visita. Assim foi apurado 1 milhão de contos por ano de receita de entradas. Apurou-se também 0,5 milhão de contos por ano de custos de financiamento, dados estes que estão em fase de revisão com a actualização do estudo económico.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal, Francisco Búzio dos Reis referiu que lhe parece que o projecto seja sustentável mas que tem dúvidas se será apetecível e disse pensar que a modalidade de sociedade anónima é a indicada até para adquirir crédito financeiro. Mais disse que talvez alguns dos investidores locais, tais como os do «Parque da Floresta» e da «Quinta do Martinhal», entre outros, tenham interesse nesta parceria.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que há questões que devem ser estabelecidas: primeiro, há que distinguir entre o conceito de modelo de gestão e de modelo de financiamento; este pode ser secundário, importa sim falar do modelo de gestão. Põe-se a questão de qual será a participação de parte dos parceiros. É que podem existir contribuições meramente simbólicas, independentemente da intervenção a nível da gestão, do funcionamento. Falou-se da Câmara Municipal e, assim, disse que acha que esta deverá ter uma participação financeira na sociedade, mas é necessário saber em que moldes será feita a gestão e qual o papel da Câmara nesta, independentemente dos montantes de capital na sociedade. Em segundo lugar convém saber se o conselho de administração da Fundação já deliberou, já se decidiu pelo modelo de sociedade anónima.-----

-----O Dr. José de Deus respondeu afirmativamente, dizendo que as alternativas são subsidiárias, só se a sociedade anónima não for possível. E que estão a promover a criação da parceria com maioria de capital privado.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que iria ter lugar uma reunião com a CCDR sobre esta questão e que há aspectos a esclarecer para esta reunião. Primeiro e a saber, com a participação de privados há duas possibilidades: ou há capital privado maioritário ou capital privado minoritário. Disse pensar que esta hipótese será mais vantajosa porque não põe em causa os financiamentos comunitários, porque estes só serão viáveis com capital maioritariamente público. Segundo, com capital maioritariamente público, incluindo os fundos comunitários, a Câmara estará disponível para participar e envolver a RTA – Região de Turismo do Algarve -, e, eventualmente, as Câmaras Municipais de Lagos e de Aljezur e até a de Odemira; há pois que definir esta questão. Mais disse que, por outro lado, pensa que a S.A. será o melhor modelo a seguir mas não só com capital público.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se a Fundação Oceanis seria sempre a proprietária do Centro Oceanográfico.-----

-----O Dr. José de Deus disse que não, necessariamente, que seguir-se-ia o modelo das SCUT, em que se dá o direito de exploração e em que se admite que a Fundação entre na S.A., com participação em espécie.-----

-----Mais disse que a inclusão dos municípios lhe parece importante e que também é uma valia para as próprias câmaras. Acrescentou que a Banca só empresta se o projecto for viável, se existir retorno e que também é importante envolver parceiros locais. Reiterou que a única coisa que falta é o estudo económico actualizado para que se motive os privados.-----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que existe um dado novo, a criação do Pólo Tecnológico do Algarve, a sediar no Parque das Cidades, o que terá interesse, sendo que o núcleo B poderá beneficiar deste facto; podendo ser criado um Pólo Científico em Sagres, ligado ao Centro Oceanográfico, e que seria passível de ser contemplado no próximo Q.C.A. (IV).-----

-----O Dr. José de Deus disse que o Núcleo B é um investimento menor.-----

-----O Senhor Presidente perguntou se haveria mais alguma questão e agradeceu o contributo de todos e pediu aos membros do Conselho de Administração da Fundação Oceanis que façam chegar à Câmara dados mais concretos, mormente o estudo económico definitivo para que se possa definir a articulação com a Câmara Municipal e os contactos com eventuais parceiros.-----

-----2. **Carta de Desporto da Natureza:** O Senhor Presidente da Câmara abriu a discussão deste ponto, antecipando as seguintes questões: primeiro, disse que uma das partes do documento distribuído, a que versa sobre os traçados e locais para a prática do desporto da natureza, é o que menos interessa porque é essencialmente técnica. Disse que a questão fundamental é a proposta de portaria, sobre a qual nos devemos pronunciar em dois aspectos: quanto à forma como foi tratada pelo Parque Natural e sobre o conteúdo. Mais disse que a Câmara deve tomar uma posição perante o Ministério da tutela e o ICN, para que tal projecto de portaria seja suspenso e seja feita uma discussão séria entre as autarquias e o Parque Natural.-----

-----A Vereadora Graça Figueiras disse que tal projecto de portaria pretende coarctar direitos sempre detidos pelas populações e que tal não poderá ser permitido.-----

-----O Vereador Ernesto Dias disse que é esta a melhor oportunidade para mostrar indignação como naturais da terra e que o concelho está desertificado também graças a estas posições do Parque Natural e que de uma vez por todas há que tomar uma posição firme.-----

-----O Vereador José Mateus disse que as populações já estão habituadas a situações deste género geradas pelo Parque Natural e pelo ICN mas que este projecto de portaria ultrapassa tudo. Mais disse que há que mostrar uma posição de força perante o Ministério e o ICN, pela forma de condução do processo, já que foi por mero acaso que o Presidente da Câmara de Aljezur teve conhecimento, embora tenha assento na Comissão Directiva do Parque Natural. Disse que há actividades que devem ser regulamentadas mas que discorda e acha abusivo que seja o Parque Natural que ponha e disponha do concelho a seu bel-prazer. Disse que quanto ao documento em si, há ligeireza no seu teor, por exemplo, diz a «carta» que a escalada e *rappel* só pode ser feita em 7 meses do ano. E pergunta porquê. Também refere que há actividades que só podem ser praticadas em Aljezur e Odemira e pergunta porque são proibidas em Vila do Bispo. Acrescenta que o documento também prevê que o produto das coimas reverte a favor do ICN em 60% e para o Parque Natural em 40%. Mais disse que quanto a tabuletas informativas, o documento não diz quem as deve colocar, só diz que a respectiva aprovação depende do Parque natural, o que faz prever que quem arcará com tais custos será a autarquia. Mais disse que, quanto às escolas de *surf*, o projecto diz que deverão estar balizadas a prática desta modalidade por cada uma das escolas e que se deverá requerer a autorização da capitania, o que não faz sentido tendo em conta a variabilidade das

condições do mar numa mesma praia, alterada de um dia para o outro e inviabilizando o pedido da licença num espaço concreto com a celeridade adequada. Mais disse que acha abusivo que seja o Parque Natural a autorizar actividades em caminhos municipais.-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal disse que, em primeiro lugar existe o poder local, os autarcas, eleitos por sufrágio directo, depois, com representação indirecta, o Governo delega competências de administração do território no presidente do Parque Natural e são técnicos do Parque que acabam por nos tutelar a todos. Disse que há uma inversão de valores que o poder local não pode permitir e que se trata de um verdadeiro atentado à democracia directa, que condiciona a vida e o futuro do concelho.-----

-----O senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e disse concluir que a Câmara discorda, unanimemente, da forma e conteúdo da proposta de portaria – Carta de desporto da Natureza e que, assim põe a seguinte Proposta à consideração do Executivo:-----

-----**«Proposta de Portaria – Regulamento de Desporto da Natureza»**-----

-----*A Câmara Municipal reunida em sessão extraordinária de 17/01/2006 e em apreciação à Proposta de Portaria-Regulamento/carta de Desporto da Natureza, deliberou, por unanimidade, nos seguintes termos:*-----

-----*Considerando que o referido documento foi elaborado pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) à total revelia das Autarquias (Sines, Aljezur, Odemira e Vila do Bispo) como seria salutar e legítimo não acontecer numa estreita relação institucional e no respeito mais elementar do poder local;*-----

-----*Considerando que o documento no seu formato final não foi remetido às referidas autarquias para que as mesmas se pronunciassem em tempo sobre o mesmo, chegando ao nosso conhecimento por meios meramente informais;*-----

-----*Considerando que a Câmara Municipal de Vila do Bispo entende esta forma de conduta do PNSACV relativamente às autarquias locais como a demonstração clara de subalternização e menorização dos órgãos autárquicos legitimamente eleitos em representação das populações;*-----

-----*Considerando que o membro da Comissão Directiva do PNSACV, em representação dos quatro presidentes de Câmara no órgão (Presidente da Câmara Municipal de Aljezur) declaradamente, não teve acesso, via Comissão Directiva, à elaboração e à proposta final do documento;*-----

-----Considerando que o conteúdo da referida proposta de Portaria enferma de graves erros de contexto, arbitrariedades e imposições, insustentáveis à luz do rigor, do bom senso e no respeito pelas competências e atribuições municipais;-----

-----Considerando que as considerações tecidas pela Câmara Municipal de Aljezur no documento por esta elaborado merecem genericamente a nossa concordância e solidariedade por traduzir verdades e realidades irrefutáveis;-----

-----1. A Câmara Municipal de Vila do Bispo delibera manifestar o seu forte desagrado pela forma como o PNSACV conduziu este processo.-----

-----2. Exigir a suspensão e retenção da promulgação deste documento enquanto não for feita uma discussão séria e participada entre o PNSACV e as autarquias envolvidas.-----

-----Remeter ao Primeiro Ministro e ao Ministro do Ambiente.»-----

-----Posta à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar esta proposta do Senhor Presidente.-----

-----3. **PROTAL:** Pelo Senhor Presidente foi esclarecido que existia uma equipa técnica, liderada pelo Prof. Paulo Correia, no âmbito da qual foram feitas várias reuniões e apresentações, para recolha de dados sobre as sensibilidades locais, que serviriam de instrumento para a elaboração do PROTAL. Este seria o plano estratégico de desenvolvimento do Algarve e os PDMs seriam os planos de cada concelho. Na fase final de elaboração do novo PROTAL, a equipa técnica foi afastada e foram introduzidas novas orientações e propostas no PROTAL.-----

-----Mais disse que o PROTAL é um documento muito importante mas que deve actuar em articulação com outros planos, como por exemplo, a Rede Natura e o Regulamento do Parque Natural, porque estes condicionam o próprio PROTAL. Disse que há conflitos entre a Rede Natura e o PROTAL, dando como exemplo o facto de o PROTAL prever equipamentos hoteleiros isolados, o que é inviabilizado pela regulamentação da Rede Natura e do PNSACV. O Governo pode pontualmente viabilizar, investimentos de interesse nacional, como no caso de Melides, mas tal não chega, considerando que tem de existir compatibilidade entre o PROTAL, o Plano Sectorial da Rede Natura e o plano do PNSACV.-----

-----O Senhor Presidente disse que seria mais aceitável que cada um dos municípios transportasse para os respectivos PDMs as regras de protecção da natureza e do ambiente, não sendo necessário, por exemplo o Regulamento do PNSACV, entre outros planos especiais.-

-----O Senhor Presidente esclareceu que está agendada para 23 de Janeiro uma reunião mista e depois haverá a discussão pública; ora, este projecto por ter sido alterado à última da hora, deveria ser objecto de reuniões com os técnicos e só depois com a CCDR e os autarcas. Por exemplo, no Vol. III-A, há uma situação que gera polémica porque estão estabelecidas como necessárias 24.000 camas turísticas mas não é demonstrado porquê tal número nem se diz como serão distribuídas pelos municípios. Mais disse que estão previstas para o município de Vila do Bispo 240 camas, numa nova modalidade diferente dos núcleos de desenvolvimento turístico, e pergunta-se como é que isto será compatível com o Plano Sectorial da Rede Natura e o do PNSACV. Existe no projecto em apreço uma proibição genérica de edificação na zona costeira a uma distância de 2 Km, independentemente do tipo de terreno; é que poderá concordar-se com tal proibição para construções de habitação mas já é duvidoso que seja aplicável para edifícios de fins turísticos, de recreio e de lazer, como piscinas e solários. Mais disse que o projecto prevê a expansão de perímetros urbanos mas pergunta-se, igualmente, como é que esta regra será exequível quando existem planos sectoriais que inviabilizam o próprio conteúdo do PROTAL.-----

-----O Senhor Presidente continuou a sua intervenção compulsando o documento em análise, indicando as referências ao município, como por exemplo a páginas 16, 19, onde se apresenta uma visão futura, ano 2030, pág. 41, onde se refere que *«importa ainda alargar a base sectorial e territorial da oferta turística para a Costa Vicentina... desenvolver medidas, acções e projectos que melhorem o enquadramento da oferta turística... infra-estruturas rodoviárias...»*, tudo isto é muito interessante mas estaremos novamente a colidir com a Rede Natura e o PNSACV se estes planos não forem corrigidos. O senhor Presidente acrescentou que a fls. 61 se referem as 240 camas referentes ao nosso município, nas chamadas «unidades hoteleiras isoladas» e as 24.000 de NDTs mas quanto a estas, há omissão quanto à distribuição pelos diversos municípios. Relativamente às 240 camas «atribuídas» a Vila do Bispo, pergunta-se se este número será rígido. Mais disse que a fls. 69 e seguintes se esquematiza o Algarve em unidades e sub-unidades territoriais, sendo unidades, o Litoral Sul e Barrocal, a Costa Vicentina e o Baixo Guadiana e Serra e tendo a unidade territorial Costa Vicentina duas sub-unidades que são a de Vila do Bispo e a de Aljezur, ora o que há a distinguir na Costa Vicentina, para quem tem um conhecimento esclarecido, é a Costa Sul da Ocidental, é esta a posição que se deverá defender, são zonas de características diferentes e

como tal deverão ser diferenciadas. Acrescentou o Senhor Presidente que o documento, a fls.121, prevê um aumento demográfico de cerca de 4,21%, até 2011, o que só será possível se nos deixarem caminhar sem os espartilhos dos planos especiais como a Rede Natura e o do Parque atrás referidos. Mais disse que, a fls. 127 e seguintes quanto à ocupação de solos rurais, é da opinião que se existe uma actividade agrícola esta deve bastar por si própria, não concorda que se deva exigir uma área mínima de parcela edificável e também acha que se as construções forem feitas em madeira ou outro material perecível, deveria existir excepções ao regime geral, deixando-se construir já que tais materiais não deterioram o ambiente. De seguida o Senhor Presidente pediu ao chefe da DUPA, arquitecto Homero Cardoso que os serviços técnicos verificassem se o projecto de PROTAL, em análise, inviabiliza ou não o projecto de revisão do PDM e pediu que se transpusesse este projecto de PROTAL para o Plano Sectorial da Rede Natura, e acrescentou que terá que ser a Câmara e os presentes a tomar a iniciativa. O senhor Presidente fez referência a fls. 140 e seguintes onde se faz menção expressa ao plano sectorial da Rede Natura e do PNSACV e disse que se o PROTAL remeter externamente para os planos sectoriais, são estes que devemos criticar e debater para já. E aditou que é da opinião que o PROTAL deve conter uma ideia «macro», estratégica, não deve alcançar o pormenor. Alertou que a fls. 165 é dito que se deve *manter uma faixa com a profundidade mínima de 2 Km, livre de construções entre Sagres e Martinhal, bem como toda a faixa a poente de Sagres*, o que é incompatível com a qualificação urbanística de Sagres, a procura turística e cultural e o futuro Oceanário, sendo o Senhor Presidente da opinião que se deve retirar do documento esta menção. E disse que é possível fazer mais equipamentos turísticos e desportivos dentro do espírito e conceito de "eco-resort", perfeitamente compatíveis com a protecção ambiental. Explanou ainda que, como se menciona no documento, a revitalização e a requalificação urbana como factores de resolução de problemas sociais são legítimas e urgentes expectativas das populações.-----

-----O Senhor Presidente, disse ter sido feita uma abordagem genérica ao documento e que esperará contributos mais específicos.-----

-----O Vereador Rui Correia ditou para constar em acta a seguinte DECLARAÇÃO:-----

-----«Considerando de enorme importância a discussão do PROT no que diz respeito a Vila do Bispo;-----

-----Considerando que o mesmo é um instrumento de grande importância para o desenvolvimento de Vila do Bispo;-----

-----Considerando que deve coexistir entre todos os elementos da Câmara Municipal o propósito comum e único de valorar e defender os interesses públicos do concelho de Vila do Bispo;-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista (P.S.) dispõem-se a colaborar e trabalhar no sentido de que, em tempo, sejam presentes junto da CCDR, as preocupações e os legítimos interesses do concelho»-----

-----O Senhor Presidente retomou a palavra e agradeceu a disponibilidade e solicitou aos vereadores do P.S. que entreguem as suas sugestões e propostas de alteração ao PROTAL, quanto a Vila do Bispo, e fez igual pedido aos outros membros do Executivo, a juntar aos contributos dos serviços técnicos, para que se consubstancie a posição final, a tomar numa próxima reunião para posterior tomada de posição perante a CCDR.-----

-----4. **Rede Natura:** O Senhor Presidente disse que a discussão do Plano Sectorial da Rede Natura iria ser feito através de uma apresentação em «power point» (doc. n.º1 que fica arquivado no maço de documentos referente a esta acta), elaborada pelos serviços técnicos desta autarquia e explanada pelo Chefe da DUPA, que começou pela Definição e Objectivos, referindo-se aplicação das Directivas Comunitárias nº 79/409/CEE (Directiva Aves), n.º 92/43/CEE (Directiva Habitats de fauna e flora selvagens). Foi referido, entre outros diplomas legais, o Decreto-Lei nº 140/99, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, que dispõe como objectivos da Rede Natura: a protecção das espécies, *tendo em conta os interesses económicos e sociais das populações abrangidas*. Aqui, o senhor Presidente da Câmara disse não estar cumprido o objectivo dos interesses das populações.-----

-----Continuou-se a análise e o senhor Presidente fez notar que se se sobrepuserem as cartas, verifica-se que existe uma ampla faixa do território municipal que não comporta nenhum dos habitats nem da flora classificada e que, assim sendo, deveriam tais áreas ser retiradas. Disse também convir estudar profundamente este plano porque o próprio PROTAL parece condicionado pela Rede Natura. -----

-----O vereador Rui Correia disse que se vê que a «mancha do mapa» de Flora é reduzida, que corresponde *grosso modo* à freguesia de Sagres e que não entende a territorialidade do PNSACV, mas que a «mancha» da Fauna abrange até a faixa marítima.-----

-----O Senhor Presidente disse que não se justifica que a fauna seja impeditiva, quanto muito seria a avifauna em corredores específicos. E acrescentou que ao sobrepor a carta da Rede Natura com as AATs e ZOTs e outras zonas urbanas e urbanizáveis do PDM, vê-se que coincidem, pelo que todas estas devem ser excluídas do Plano Sectorial da Rede Natura. O que significa que as zonas sem delimitação de habitats e flora e sem restrições previstas no PDM não devem constar da Rede Natura. E vê-se pelas cartas do ICN que, por exemplo, a costa sul não justifica estar incluída no Parque Natural. -----

-----Continuada a análise do documento, constata-se que: há Flora, Habitats e áreas com Aves incluídas nos espaços urbanos previstos no PDM, ao que o Senhor Presidente reiterou que não faz sentido incluir estes espaços urbanos no Plano Sectorial da Rede Natura e que este facto nos leva à questão das orientações de gestão, da expansão urbano-turística, explicitamente condicionadas. Perguntou o Senhor Presidente aos presentes quais as opiniões e conclusões retiradas.-----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu os parabéns à equipa técnica autora da apresentação e solicitou ao senhor Presidente da Câmara uma reunião com os técnicos da Câmara, antes de 11 de Fevereiro, dia de reunião da Assembleia que preside.-----

-----Pelo Senhor Presidente foi dito que a discussão pública deste Plano decorrerá de 26 de Janeiro e 10 de Março próximos e, após discussão, a Câmara deliberou, por unanimidade o que segue:-----

-----«1. *Apreciado o documento – Proposta de Plano Sectorial da Rede Natura -, e respectivos diplomas legais, bem como os objectivos e os dados técnico-científicos transportados para a realidade do território municipal, bem como a apresentação cartográfica e caracterização em termos de flora, fauna e habitats, a Câmara conclui pela não justificação duma área tão abrangente do território municipal conforme a proposta apresentada. Há zonas significativas do município que não tem nem flora nem habitats. Assim, a Câmara entende exigir ao ICN a revisão da área demarcada como Rede Natura.*-----

-----2. *Nas zonas com habitats e flora que se sobrepõem, no todo ou em parte, com os perímetros urbanos tradicionais, com as ZOTs e as AATs, com áreas urbanas ou urbanizáveis constantes do PDM e levando em consideração que o rigor de escala 1:100.000 é susceptível de se admitir “a priori” um conflito na gestão do território, a Câmara reitera pela sua exclusão.*-----

-----3. *Exigir a demarcação a uma escala mais rigorosa, de 1:10.000, para evitar que “a posteriori” surjam conflitos de aplicação do Plano.*-----

-----4. *Recomendar a compatibilização entre o plano sectorial da Rede Natura e as propostas de orientação do PROT-Algarve, para evitar que as expectativas de desenvolvimento sustentável do PROT-Algarve não saiam frustradas pelo Plano Sectorial da Rede Natura.*»-----

-----5. **Pavimentação com Relva Sintética do Campo de Futebol de Vila do Bispo:** Após breve discussão, o Senhor Presidente por o assunto a votação e a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a fórmula tipo de revisão de preços e o respectivo aditamento ao contrato, nos mesmos termos da informação n.º 01/2006 PF, da DUPA (doc. n.º2 que fica arquivado no maço de documentos referente a esta acta) .-----

-----**Aprovação em Minuta:** - Foi deliberado por unanimidade aprovar em minuta, no final da reunião, todas as deliberações tomadas.-----

-----**Encerramento da Reunião:** - E mais nada havendo a tratar foi, pelo Senhor Presidente, declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e trinta minutos.-----

-----E eu, Anabela Soares Cavadas Chau, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira (D.A.F.), a redigi, subscrevi e assino.-----

A Chefe da D.A.F.,

O Presidente da Câmara